

Projeto Pedagógico Institucional – PPI



**MANAUS
2007**



20 ANOS DE QUALIDADE SUPERIOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Coordenação: Maria de Fátima
Miranda Rodrigues
Pró-Reitora de Graduação do CIESA

**MANAUS - AM
2007**

REITOR

Professor Luiz Antônio Campos Corrêa

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Professora Maria de Fátima Miranda Rodrigues

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO

Octávio Augusto de Miranda Corrêa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E EXTENSÃO

André Luiz Costa Corrêa

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

José Waldemar de Souza

378 CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS.

Pró-Reitoria de Graduação

Projeto Pedagógico Institucional / coordenadora: Maria de Fátima Miranda Rodrigues. Manaus: CIESA, 2007.

65 p.

1. Projeto Pedagógico. 2. Ensino Superior 3. Rodrigues, Maria de Fátima

I Título

Capa: Tela Tecendo a Manhã

Autora: Tereza Cristina Maria, “Tininha”

Imagem gentilmente cedida pela autora

TECENDO A MANHÃ

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

João Cabral de Melo Neto*

"Descanse em paz, poeta João. A sua presença jamais deixará de estar conosco. Teremos o consolo da sua poesia imortal." Trecho do discurso proferido por *Arnaldo Niskier*, presidente da Academia Brasileira de Letras, por ocasião da morte do poeta, em 09/10/99

* Importante poeta pernambucano da geração de 1945, autor do antológico poema *Morte e Vida Severina* e de *A educação pela pedra*.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
I MARCO SITUACIONAL	6
1.1 MISSÃO	6
1.2 VISÃO DE FUTURO	6
1.3 INSERÇÃO REGIONAL.....	6
1.3.1 As grandes Mudanças do Mundo Contemporâneo e o Papel das IES	8
1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	12
1.4.1 Políticas Gerais	12
1.4.2 Políticas para o Ensino	13
1.4.3 Políticas para a Pesquisa	15
1.4.4 Políticas para Extensão	16
II MARCO CONCEITUAL	
2.1 CONCEPÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO	17
2.1.1 Pressupostos Fundamentais: referenciais ético-políticos	17
2.1.2 Princípios Metodológicos	21
2.1.2.1 Práticas Metodológicas Inovadoras	21
2.1.2.2 Perfil do Egresso.....	26
2.1.3 Estrutura Curricular.....	27
2.1.3.1 Seleção Conteúdos	27
2.1.3.2 Flexibilização Curricular.....	30
2.1.3.3 Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares...30	
2.1.3.4. Avaliação da Aprendizagem	32
2.1.3.5 Articulação ensino x pesquisa x extensão e seus incentivos..38	
III MARCO OPERACIONAL	
3.1 DEFINIÇÕES OPERATIVAS.....	44
3.2 Avaliação Institucional	45
3.3 Plano de Desenvolvimento Institucional	58
4 REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	62

APRESENTAÇÃO

Na Construção do nosso Projeto Pedagógico Institucional (PPI), buscamos, enquanto organização de ensino que se insere num contexto de múltiplos e diferenciados interesses, apresentar uma proposta de trabalho que contemplasse a participação de toda a comunidade acadêmica do CIESA, constituindo-se num processo contínuo de construção, avaliação e reelaboração.

Isto posto, ao apresentamos nossa proposta de construção do PPI, estabelecemos três marcos que, embora sejam interdependentes, apresentam-se de forma distinta, quais sejam: o situacional, que descreve a realidade sociopolítica, econômica e educacional na qual se desenvolve nossa ação político-pedagógica; o conceitual, que aborda nossa concepção da sociedade, de homem, de educação, de escola, de currículo, de avaliação, de ensino e de aprendizagem e, por último, o operacional, que apresenta as atividades a serem realizadas, mediante os compromissos para transformação da nossa realidade.

Não temos dúvidas de que, ao elaborarmos e construirmos nosso próprio PPI, implementando-o e aperfeiçoando-o continuamente de forma coletiva, estamos prestando contas de nossas ações à sociedade, em razão das expectativas geradas e da busca constante da qualidade dos serviços que oferecemos.

Na compreensão de que este é o começo de um longo caminho a ser trilhado, o presente Projeto Pedagógico Institucional que apresentamos à comunidade acadêmica será discutido, trabalhado, apreendido, para, então, ser assumido por todos, num processo que admita o erro como possibilidade, construa pontes e não barreiras, que promova o crescimento individual e assegure o indispensável sentido de evolução do conjunto institucional e de sua inserção social.

Espera-se, dessa forma, com a participação da comunidade acadêmica do CIESA e, ainda, da sociedade e de seus segmentos mais afins com a Instituição, assegurar a legitimidade do processo ação-reflexão-ação que exigirá de toda a comunidade acadêmica empenho para a construção conjunta de nosso projeto pedagógico institucional.

Professor Luiz Antônio Campos Corrêa
Reitor

MARCO SITUACIONAL

MISSÃO

Educar com qualidade, visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia ocidental e ao bem-estar social.

VISÃO

Ser reconhecido como um centro universitário de referência regional pelo (a):

Qualidade de ensino e compromisso do corpo docente;

Consolidação de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;

Responsabilidade social com o seu entorno;

Qualidade e excelência da gestão acadêmica e administrativa;

Profundo comprometimento ético-social de inclusão;

Compromisso com o conhecimento das tecnologias por meio de processos de

Cooperação e parceria com o mundo do trabalho;

Desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;

Procedimentos gerenciais contemporâneos na busca de um resultado coletivo

Discussão dos problemas da Amazônia e da sociedade do País, da região, de suas instituições e do seu povo.

Busca contínua da melhoria dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade.

1.3 INSERÇÃO REGIONAL

O CIESA – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, ao ser instalado na Amazônia Ocidental, em Manaus, cidade de confluência do Rio Negro com o Amazonas, reconhece a importância de ser um pólo de desenvolvimento dessa região de fronteira econômica em que está inserido, contribuindo para a formação profissional e científica de sua comunidade, e acionando a consciência amazônica, no Centro da Amazônia Ocidental, com a finalidade de tornar-se um centro referencial das discussões dos problemas da Amazônia e das soluções que são exigidas pela sociedade desta parte do país.

Esse é o compromisso político-educacional que o CIESA entende ter de assumir por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e nas ações junto à sociedade por força das atividades que realize, reconhecendo que sua concepção institucional somente se completa à medida que dê ênfase à contemplação da própria região, encarando a necessidade de preservação das riquezas regionais e na razão em que favoreça o desenvolvimento sustentado da Amazônia Ocidental.

Cabe ressaltar que o CIESA é a instituição educacional particular mais antiga do Estado do Amazonas ao lado da Universidade Federal. Seu olhar na área de abrangência da Amazônia Ocidental está voltado para Roraima e Acre.

Assim, três desafios surgem como objetivos a serem perseguidos:

A **contemplação** – reconhecimento do que é a região, do parque e dos recursos naturais que estão aqui à disposição do homem, dos danos já causados pelo Homem à Natureza, das perdas ocorridas e das formas de recuperação da região para ser objeto de atenção do mundo.

A **preservação** - impõe o reconhecimento das áreas já danificadas, de maneira que, sem prejuízo dos trabalhos dos estudiosos sobre a Amazônia, sejam os próprios amazônidas a estudarem esta área do Brasil. Como preservar, para que preservar, como atender às necessidades da gente amazônica sem a destruição da natureza, tudo isto compõe um quadro desafiador que o CIESA pretende ter como meta de trabalho.

O **desenvolvimento sustentado** da Amazônia Ocidental – deverá resultar do mergulho da Instituição no estudo das ciências aplicadas e da tecnologia ligadas à educação do povo, pois que, sem educação, no sentido mais estrito, não é possível erguer esta área do Brasil.

Inserido nessa realidade, o CIESA, ciente de sua função social, tem por meta prioritária a solidificação da consciência amazônica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que o desenvolvimento no modelo sustentável exigirá mudanças profundas no comportamento das comunidades, mediante o desenvolvimento de uma

relação mais harmônica dos homens entre si e destes com a natureza e a sociedade.

O CIESA é parte componente da comunidade regional. Nele estão refletidos todos os valores, interesses e contradições dessa comunidade. Assim, para dar conta da complexidade da sua inserção, ele deve conjugar dialeticamente sua dimensão de reflexão com sua dimensão de força transformadora, desenvolvendo ações que dêem conta da sua missão na formação de quadros qualificados, na perspectiva da cidadania, da ciência e da técnica, buscando criar, adequar e difundir conhecimentos e cultura.

Apesar dos fortes ventos globalizantes, não se podem deixar de lado os valores e formas de convivência microcomunitárias, em que cada comunidade deverá observar o mundo e observar-se nele, resgatando sua história e identidade para não perder-se em seus problemas particulares. Nesse sentido o universal deverá estar refletido em cada comunidade, construindo a riqueza cultural e social do futuro.

Assim, a integração do CIESA com a sociedade ocorre a partir das relações do homem com a realidade amazônica, mediante um sistema aberto e plural de realimentação do processo de formação superior.

1.3.1 As Grandes Mudanças do Mundo Contemporâneo e o Papel das IES

O conjunto de mudanças que se convencionou denominar “uma nova ordem internacional” trouxe uma grande valorização do conhecimento, o que vem explicar a importância que a Educação ganhou em todo o mundo, tornando-se elemento chave do desenvolvimento. Comentários sobre algumas dessas mudanças próprias da chamada Era do Conhecimento tornarão clara a relação entre o cenário contemporâneo e a importância que nele vem ganhando as Instituições de Ensino Superior (IES), enquanto organismo destinado à produção, divulgação e avaliação do conhecimento no contexto da atualidade.

O terceiro milênio inicia-se pressionado pela economia globalizada, cuja relação com o desenvolvimento tecnológico é evidente. As mais significativas marcas do progresso tecnológico podem ser resumidas em cinco grandes eixos: a informática, telecomunicações, biotecnologia, novas formas de energia, novos

materiais, indispensáveis ao acesso de qualquer empresa ao patamar de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

A expansão da informação tem permitido que as pessoas, hoje, em qualquer parte do mundo, possam conviver com os resultados deste desenvolvimento tecnológico: os novos materiais, as novas formas de energia, de design, de produção, de distribuição e consumo de bens e serviços. Deste modo, o que até recentemente era próprio apenas de países muito desenvolvidos tornou-se uma exigência feita a qualquer país que pretenda participar do processo de desenvolvimento. Assim a competitividade, estabelecida sem fronteiras, requer o investimento constante em pesquisa científica e tecnológica. Por isso, processos desencadeados nos países mais desenvolvidos, aonde vêm sendo produzidas pesquisas de ponta, devem ter continuidade em países em desenvolvimento, como o Brasil, que ficam obrigados a criar condições para se acompanhar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Esta possibilidade de acompanhamento depende do bom funcionamento dos organismos de produção de pesquisa, entre os quais se encontram, em condição privilegiada, as Instituições de Ensino Superior.

Do ponto de vista sócio-cultural, a preservação de traços culturais e de comportamentos sociais típicos de países de desenvolvimento tardio torna-se cada vez mais difícil, já que a assimilação de culturas e perspectivas sociais do Primeiro Mundo vem se fazendo de maneira automática nesses países. Quando uma empresa multinacional se instala numa cidade da América do Sul, ela traz consigo crenças, valores, princípios e mesmo pessoas cuja formação é própria de países muito desenvolvidos.

Do ponto de vista político, as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo Neoliberalismo, doutrina política que é predominante no mundo. A dominância incontestável deste modelo político tem reflexos sobre todo o funcionamento da sociedade, pois a interferência do Estado Nacional passa a ser mínima, sendo possível às empresas celebrarem acordos econômicos em níveis transnacionais, ou seja, independentemente das normas estabelecidas pelos países nos quais elas se encontram. O “Estado mínimo”, prerrogativa do Neoliberalismo, transfere, pois, para outros setores a tomada de decisões importantes, associadas ao desenvolvimento das pessoas e das instituições.

Conseqüentemente, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, são autorizados a exercer poderes políticos além do plano nacional ou plurinacional e passa a controlar, hoje, metade da economia e do mercado mundiais. O planejamento e o financiamento de ações de grande porte, como as grandes obras de engenharia, os avanços da pesquisa tecnológica, os grandes projetos educacionais dependem, atualmente, da avaliação de alguns desses organismos. Decorre daí que o controle da economia interna do país, a estabilidade econômica, a proteção contra riscos ambientais, à possibilidade de financiamento da pesquisa dependem cada vez menos dos governos e cada vez mais de fatores externos ao país. Entende-se, a partir desta reflexão, a dificuldades de um país de desenvolvimento tardio como o Brasil, obter recursos para financiamento de suas pesquisas, principalmente daquelas que não constituem interesse do Primeiro Mundo.

As mudanças advindas deste novo quadro econômico e político atingem todo o tecido social e, de forma especial, o mundo do trabalho, que constitui o terceiro aspecto que se pretende analisar com referência à contemporaneidade. A reestruturação produtiva teve início nos anos 1970 em países desenvolvidos; no Brasil foi apenas ao início da década de 1990 que o empresariado tomou consciência de sua importância, depois de anos de uso predatório da força de trabalho.

O elemento central dessa reestruturação do trabalho é exatamente o deslocamento do foco do componente manual do trabalho para o componente intelectual, o que passou a requerer qualificação da força de trabalho. Hoje, até mesmo tarefas próprias do chão-de-fábrica passaram a exigir escolaridade básica, isto é, conhecimentos próprios de, pelo menos, oito anos de escolarização regular no Brasil. Isto ocorre porque a assimilação pelas empresas das novas tecnologias de processo (trazidas pela microeletrônica, informática e outras técnicas afins) passa a requerer do trabalhador competências de leitura, interpretação de textos, raciocínio abstrato, capacidade de trabalhar em grupos, facilidade de comunicação. O acesso ao ensino superior, até muito recentemente reservado a uma parcela muito reduzida da população, hoje passou a constituir condição para a maioria dos tipos de trabalho.

Buscando ocupar melhor lugar no mercado, as empresas introduzem novas tecnologias de produção (microeletrônica, máquinas ferramenta com comando numérico (MFCN), controladores lógico-programáveis (CLP) e controles digitais) e tecnologias de gestão que tem sido a mais revolucionária administração participativa, planejamento estratégico, (gestão por objetivos). A adoção dessas tecnologias permite o enxugamento dos quadros de pessoal, reduzindo os postos de trabalho e gerando o desemprego e, para garantirem seu trabalho, as pessoas têm de buscar a qualificação que, por sua vez, vem atrelada à educação, condição indispensável neste processo.

Embora necessária a todo trabalhador, a qualificação profissional deve, contudo, extrapolar os limites estreitos de cada empresa para que possa beneficiar os diversos setores da economia e também toda a sociedade. A estratégia de qualificação profissional deve ser integrada, construída mediante articulação e parceria entre os vários atores sociais - governo, empresas, trabalhadores, educadores, pois ela constitui necessidade da empresa, interesse do trabalhador e da própria sociedade.

Como temos comentado o conjunto de mudanças vividas neste momento em todo o mundo, mas especialmente em nosso país, tem uma estreita relação com as Instituições de Ensino Superior. Em primeiro lugar, porque o conhecimento, marca desta era, tem nas Instituições de Ensino Superior seu espaço privilegiado, já que é ali que ele é produzido. Instituição voltada para a pesquisa, o ensino e a extensão, as IES são instituições responsáveis pela problematização dos diversos aspectos da realidade, transformando a dúvida em problema e buscando resposta para as questões que vão sendo abordadas. Além disso, cabe a elas levar os resultados de sua produção científica à comunidade acadêmica através do ensino e à sociedade, através de atividades de extensão.

Devido ao processo de globalização, é esperado que as IES se transformem instituições responsáveis pela assimilação da ciência e da tecnologia em desenvolvimento no mundo e que possa ampliar este conhecimento através da pesquisa pura e aplicada. Cabe, pois, às mesmas, incentivar a atitude de pesquisa entre alunos, profissionais e sociedade em geral, já que esta postura é indispensável àqueles que aspiram manter-se atualizados neste momento. Espera-se, ainda que as IES sejam capazes de

assumir uma perspectiva crítica, avaliando questões derivadas da adoção de modelos políticos e econômicos. Para isso, os cidadãos deverão ter desenvolvido sua capacidade de raciocínio e de julgamento e é inegável a contribuição trazida pela discussão que se processa nas instituições de ensino superior.

Finalmente, o trabalhador qualificado, exigência atual do mundo do trabalho, é formado em seu mais elevado nível nas IES já que a educação básica, exigência inicial para a inserção no trabalho, gradualmente vai se tornando insuficiente para garantir a permanência do trabalhador em seu posto. Espera-se ainda que, ampliando a visão sobre as condições atuais do mercado, as IES possam orientar os alunos para novas alternativas de trabalho, que os levem a enfrentar e vencer a crise atual.

Portanto, que no cenário contemporâneo, marcado por mudanças econômicas, políticas e sociais, as IES brasileiras se colocam como espaço privilegiado para a discussão dessas questões e a busca de caminhos que permitam encontrar solução para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, para a atualização das empresas e o preparo adequado do trabalhador.

1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

1.4.1 Políticas Gerais

O CIESA estabelece as seguintes políticas gerais:

- ✓ Desenvolver ações comprometidas com a realidade regional a que serve;
- ✓ Ocupar uma posição fundamental e estratégica na realidade local, no desenvolvimento tecnológico e socioeconômico da região, por meio de ação direta do ensino, da pesquisa e da extensão.
- ✓ Promover a educação e a formação humanística numa perspectiva ética e de responsabilidade social;
- ✓ Oferecer situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa;

- ✓ Envidar esforços no sentido de operacionalizar os dispositivos legais que amparam iniciativas no campo da educação inclusiva;
- ✓ Oportunizar o ensino de qualidade, numa perspectiva transformadora da sociedade;
- ✓ Incentivar a prática investigativa;
- ✓ Promover as atividades extensionistas, abertas à participação da comunidade;
- ✓ Estreitar laços de relacionamento com seus ex-alunos por meio de Programa de Acompanhamento de Egressos;
- ✓ Manter programas de apoio à comunidade acadêmica;
- ✓ Garantir estrutura para o desenvolvimento da educação continuada e da educação profissional;
- ✓ Promover a integração com outros centros irradiadores de conhecimento.

1.4.2 Políticas para o Ensino

a) Cursos de Graduação e Seqüenciais

- ✓ As políticas norteadoras do ensino superior nos cursos de graduação e seqüenciais, ofertados pelo CIESA, respeitadas suas áreas de vinculação, visam a garantir:
- ✓ As características comuns (carga horária, ementa, conteúdo) nas disciplinas de formação básica;
- ✓ Compromisso com a missão institucional do CIESA e sua conseqüente articulação com a pesquisa e a extensão;
- ✓ Articulação com os segmentos do setor produtivo da sociedade;
- ✓ Definição do perfil profissiográfico, das habilidades e competências, bem como do diferencial dos cursos ofertados pelo CIESA;
- ✓ Contextualização local e regional;
- ✓ Atualização permanente do projeto político-pedagógico do curso em consonância às diretrizes curriculares nacionais, bem como seu acompanhamento com vistas à qualidade do curso e ao atendimento aos Manuais das Condições de Ensino;

- ✓ Organização do curso observando a matriz curricular, carga horária e o tempo de integralização mínimos, presentes na legislação específica.

b) Cursos de Pós-Graduação

- ✓ Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e programa *stricto sensu*, em consonância às linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação;
- ✓ Promover a pós-graduação respeitando os padrões de qualidade e as normas estipuladas pela CAPES/MEC
- ✓ Investir na formação de pessoal comprometido com o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- ✓ Promover, por meio de parcerias, a integração com outros centros irradiadores de conhecimento;
- ✓ Desenvolver pesquisas em áreas relevantes e prioritárias para a região de inserção do Centro Universitário;
- ✓ Desenvolver mecanismos de apoio à publicização da produção científica de alunos e professores da pós-graduação;
- ✓ Incentivar a participação de professores e alunos da pós-graduação em eventos de natureza científica;
- ✓ Estimular a participação de professores doutores nos cursos nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e nos cursos de graduação.

1.4.3 Políticas para a Educação Inclusiva

O CIESA, ciente de sua responsabilidade social, vem cumprindo seu compromisso enquanto agência de formação que, além de produzir conhecimento, tem a responsabilidade de reunir esforços no sentido de trabalhar numa meta comum de garantir uma educação de melhor qualidade a todos.

Por meio de ações afirmativas estabelecidas em suas diretrizes, o CIESA institui programas sociais e ações extensionistas voltados a promover a inclusão educacional àqueles que e encontram à margem do sistema educacional.

- ✓ Tais ações/programas são constantes das seguintes diretrizes:
- ✓ Desenvolvimento de Programas e Projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- ✓ Projeto Amor pela Vida - Atendimento à comunidade carente do Bairro União, região que compõe o entorno do CIESA;
- ✓ Projeto “Inclusão Digital na Terceira Idade” – para idosos da Fundação Dr. Thomas;
- ✓ Programa Bolsa Trabalho - destinado a alunos comprovadamente carentes, que estejam desempregados ou subempregados;
- ✓ Projeto Itinerante do NPJ – atendimento jurídico à população carente de Manaus.
- ✓ Participação na Programação Nacional do Dia da Livre Iniciativa: Compromisso Social do Ensino Superior Particular, instituído pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).

1.4.5 Políticas para Pesquisa

A exigência da pesquisa acadêmica e de produção científica não é uma exigência para Instituições Isoladas de Ensino, ou Centros Universitários, no entanto, o CIESA, preocupado com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, busca contemplar a criação de espaços que se tornem referência para criar, incentivar, fomentar e desencadear o diálogo científico, por meio das seguintes diretrizes:

- a) Estimular a integração dos docentes e discentes da graduação com a pós-graduação, por meio do incentivo à produção científica;
- b) Apoiar projetos específicos através de financiamento junto às agências de fomento;
- c) Apoiar atividades universitárias de prática investigativas, tais como trabalhos de conclusão de curso, projetos de extensão, dissertações de mestrado etc., que propiciem a consolidação

e a disseminação da produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural;

- d) Estimular a participação de alunos na atividade de pesquisa;
- e) Estimular e apoiar a participação de professores e alunos em eventos das diversas áreas do conhecimento.
- f) Estabelecer parceria com os diversos segmentos do setor produtivo, a fim de gerar pesquisas que resultem no aprimoramento e desenvolvimento da região.
- g) Oportunizar ao estudante a formação científica por meio do incentivo à participação e à produção científica;
- h) Consolidar grupos de pesquisa;
- i) Aprimorar e consolidar os processos de avaliação de pesquisa;
- j) Criar instrumentos e mecanismos para aferição da qualidade e produtividade do gerenciamento da pesquisa.

1.4.6 Políticas para Extensão

A extensão universitária no CIESA é compreendida como processo acadêmico que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilitando, assim, a formação do profissional cidadão que reconhece na sociedade o espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e para o desenvolvimento regional.

Neste sentido, a política de extensão universitária do CIESA é definida para:

Reafirmar a extensão universitária como atividade acadêmica indispensável à formação do aluno, à qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade;

Integrar o ensino e a pesquisa às demandas institucionais e sociais, voltadas ao atendimento de necessidades sociais;

Assumir a importância das ações extensionistas como atividades complementares responsáveis pela flexibilização do currículo, constantes dos projetos pedagógicos dos cursos;

Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes;

Incentivar atividades do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular;

Divulgar e apoiar a produção acadêmica;

Incentivar a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;

Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;

Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.

II MARCO CONCEITUAL

2.1 CONCEPÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO

2.1.1 Pressupostos Fundamentais: Referenciais Ético-Políticos

A Educação é um fenômeno que traz bem nítidas as marcas de seu tempo, de seu espaço e dos seres humanos que, num processo dialético, a constroem e são por ela construídos. Por isto, ganha especial relevância analisar-se o cenário no qual se desenvolve uma proposta de Educação, refletindo sobre os aspectos econômicos, políticos e culturais de um momento histórico, bem como seu impacto sobre o povo que idealiza esta proposta.

A expansão das comunicações, transformando o planeta numa extensa aldeia global, tem provocado o envolvimento no processo civilizatório de povos situados nos mais distantes recantos do mundo. Esses povos, independentemente de sua condição econômica, política ou social, são convocados a participar do processo de desenvolvimento que se encontra em construção, o que só é possível mediante garantia de Educação.

À Educação cabe preparar o indivíduo para compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo e das relações que se estabelecem entre os homens e entre estes e o meio ambiente físico e social.

O CIESA entende que à Educação cabe preparar os indivíduos para compreender os impactos das novas tecnologias na cultura, por meio da concepção de sociedade como um processo complexo e inacabado em que valores e paradigmas estão sendo permanentemente questionados.

A Sociedade "global", pluralista e fraterna, configura-se a partir da compreensão das diferenças individuais composta por "diferentes", cujas características terão enorme importância para o CIESA na superação do "déficit de conhecimentos" e no enriquecimento do diálogo entre povos e entre culturas, da aceitação dos opostos, da tolerância com os adversos.

O CIESA também parte da necessidade de que, enquanto agente promotor de ensino superior, deve ser possuidor de uma política de ensino com formação teórica rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação, comprometendo-se com a transmissão e construção do saber, com a pesquisa, com as inovações, com o ensino e formação profissional que contemple conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à atuação do cidadão, bem como com a educação continuada e a cooperação internacional, a fim de contribuir com um desenvolvimento sustentável.

Como centro de pesquisa e criação de saber, o CIESA contribui na resolução de certos problemas que se põem à sociedade, por meio da formação intelectual e política de seus egressos. No âmbito social, provoca e participa de debates sobre as grandes questões éticas e científicas com as quais a sociedade se defronta.

Preocupado com a flexibilidade, o CIESA preserva, sempre que possível, o caráter pluridimensional do ensino superior, proporcionando ao acadêmico

uma sólida formação geral, necessária à superação dos "desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimentos..." (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o século XXI, p. 49.).

Nesse sentido, adota como prática o estudo complementar, na perspectiva da autonomia intelectual, como requisito à autonomia profissional e o fortalecimento da articulação da teoria com a prática por meio da pesquisa individual e coletiva e da participação em atividades de extensão.

Para garantir seus objetivos, O CIESA organiza a Educação que desenvolve em torno de quatro aprendizagens fundamentais, recomendadas pelo Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI:

"Aprender a conhecer" - caracterizado pela busca do domínio dos instrumentos do conhecimento com a finalidade precípua de descobrir, compreender, fazer ciência;

"Aprender a fazer" - entendendo-se que, embora indissociável do "aprender a conhecer", o "aprender a fazer" refere-se diretamente à formação profissional, à medida que se trata de orientar o acadêmico a pôr em prática os seus conhecimentos, adaptando a educação à configuração do trabalho na sociedade atual;

"Aprender a viver juntos" - constituindo-se num grande desafio para a Educação, tendo em vista que trata de ajudar os alunos no processo de aprendizagem para a participação, a cooperação e, sobretudo, para a busca coletiva de soluções para os problemas contemporâneos;

"Aprender a ser" - integrando as três aprendizagens anteriores e caracterizando-se pela elaboração de pensamentos autônomos e críticos que contribuam na formulação própria de juízos de valor, formando assim um cidadão e profissional decidido e preparado para agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Para concretizar sua política de formação, o CIESA tem como filosofia: "Promoção de ensino de qualidade por meio da criação e desenvolvimento de atividades acadêmicas que considerem os conhecimentos, as habilidades e as atitudes essenciais à formação humana e profissional".

Essas diretrizes norteadoras requerem estratégias educativas variadas no pensar e fazer acadêmicos da Instituição que buscará gradativamente:

a) a construção coletiva - expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;

b) a interação recíproca com a sociedade - caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;

c) a construção permanente da qualidade de ensino - entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação, indagando continuamente sobre:

- Que tipo de sociedade temos e queremos?
- Qual a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção?
- Qual o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho?

d) a integração entre ensino, pesquisa e extensão buscando a construção de um processo educacional fundado na elaboração/reelaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e intervenção na realidade enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória;

e) a extensão voltada para seus aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da pesquisa, socializando o saber universitário e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem.

f) o desenvolvimento curricular - contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento entendido como atividade humana e processualmente construído na produção da vida material;

g) a busca permanente da unidade teoria e prática, o que exige a incorporação de professores e alunos em atividades de pesquisa e iniciação científica;

h) a adoção de aspectos metodológicos - fundados nos pressupostos da metodologia dialética que concebe a sociedade e a educação como dinâmicas, contraditórias e partícipes da construção das relações infra e superestruturais.

2.1.2 Princípios Metodológicos

2.1.2.1 Práticas Pedagógicas Inovadoras

Nesse contínuo processo de reconstrução dos seus projetos pedagógicos e atendendo às diretrizes de seus cursos, o CIESA incorpora novas práticas que sintonizam a formação à realidade e às novas demandas sociais, dentre as quais as abordagens do ensino por competência e da educação problematizadora ou libertária, numa perspectiva da interdisciplinaridade, da flexibilidade e da contextualização.

Fundamentada na sua filosofia, missão e princípios gerais, o CIESA traça as diretrizes didático-pedagógicas para os seus cursos, incorporando novas práticas pedagógicas, por meio da utilização de novas ferramentas na sala de aula, visitas técnicas, realização de projetos integrados, com vistas ao desenvolvimento do desempenho discente, à satisfação do corpo docente e à realização da missão institucional.

Dentre as diversas referências que fundamentam este projeto, destacamos a abordagem do Ensino para a competência. Entendamos, aqui, competência por domínio de habilidades, atitudes e valores necessários a um desempenho eficiente e eficaz do aluno, no desenvolvimento das atividades requeridas pelo mundo do trabalho e pelas novas tecnologias.

Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo em que constam as bases em que se fundam a abordagem do Ensino por Competência e a do tradicional Ensino por Conteúdo.

Ensino por competências

Como era	Como ficou
Paradigmas	
Transmissão e acúmulo do conhecimento. Focado no ensino. Formação técnica para o posto de trabalho.	Construção de competências. Focado na aprendizagem. Formação para o mundo do trabalho.
O conhecimento	

Fragmentado, dividido por disciplinas, de caráter enciclopédico, memorizador e cumulativo.	Intertransdisciplinar, contextualizado. Privilégio pela construção de conceitos e pela criação do sentido.
O currículo	
Compartimentalizado, fracionado, estático, organizado em disciplinas. Eixo em termos do conhecimento, das matérias.	Em rede, dinâmico, organizado em áreas de conhecimento e temas geradores. Em função das pessoas e de seus projetos (eixo nos projetos, problemas e/ou desafios significativos do contexto produtivo). É um meio norteador da prática pedagógica.
O conteúdo	
Considerado um fim em si mesmo.	Meio pelo qual se desenvolvem as competências, para ampliar a formação dos alunos e sua interação na realidade, de forma crítica e dinâmica.
A sala de aula	
Espaço padronizado de transmissão e recepção do saber.	Ambiente multifuncional de reflexão e de situações de aprendizagem (atividade do sujeito).
Toda atividade	
Padronizada, rotineira. Caráter transmissivo, elucidativo, explicativo.	Centrada em projetos e resolução de problemas. Caráter desafiador, de pesquisa, de transferência. Situação significativa (análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações e transferências).
O professor	
Transmissor do conhecimento. Depositário de conhecimento.	Mediador do conhecimento. Monitor, orientador e assessor. Estimular o aluno a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e o aprender a conviver.
Pedagogias	
Valoriza os objetivos da educação. Igualdade (buscando eliminar as diferenças).	Valoriza a finalidade da educação. Ativa, diferenciada, construtivista, cooperativa, aberta, crítica. Equidade (buscando a igualdade sem eliminar as diferenças).
O aluno	
Receptor (aprendiz do conteúdo). Memorista (compreensão limitada). Passivo. Alienado.	Foco. Construtor do conhecimento. Cidadão. Sujeito que aprende. Agente do processo: faz, pergunta, pesquisa, descobre, cria, aprende.
A avaliação	
Classificatória e excludente. Lógica seletiva.	Feedback. Busca avaliar as competências adquiridas. Validação. Auto-avaliação. Lógica

	formativa.
Palavras-chave	
Reprodução. Igualdade. Unidade. Eficiência. Racionalidade. Obediência. Submissão. Hegemonia (universalização de uma visão de mundo). Métodos e técnicas. Instrumentos.	Produção. Multifuncionalidade. Competência. Laborabilidade. Flexibilidade. Contextualização. Pragmático. Intersubjetividade. Empreendedorismo. Iniciativa. Inovação. Pluralidade. Visão sistêmica. Transferência. Autonomia. Projetos.

Nessa perspectiva, tem-se como principal inovação neste projeto, a mudança de foco, do tradicional “ensinar” para o desejável “aprender”, colocando o discente como protagonista do processo ensino-aprendizagem.

Dentre as várias referências em que nos aportamos, destaca-se a da educação problematizadora, referenciada por Bordenave e Pereira, no livro Estratégias de Ensino-Aprendizagem (BORDENAVE, 1995), a qual parte das seguintes idéias:

- uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo.
- a solução de problemas implica a participação ativa e o diálogo constante entre alunos e professores. A aprendizagem é concebida como resposta natural do aluno ao desafio de uma situação-problema.
- a aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o aluno passa de uma visão ‘sincrética’ ... a uma visão analítica... para chegar a uma ‘síntese’ ... que equivale à compreensão. Desta apreensão... nascem ‘hipóteses de solução’ que obrigam a uma seleção das soluções mais viáveis. A síntese tem continuidade na práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade.”

Dentro dessa abordagem da educação problematizadora, construímos nossos planos pedagógicos, cujas linhas mestras apresentamos a seguir:

Integração entre Disciplinas

Partindo do pressuposto de que o “mundo real” é interdisciplinar e de que o mercado procura profissionais com formação holística e habilidades multidisciplinares, entendemos que a universidade, inserida nesse contexto social global, ao realizar a integração entre as disciplinas, oferece uma formação mais completa e adequada ao aluno.

Entenda-se por integração entre disciplinas do curso, a coordenação de atividades desenvolvidas, a comunicação entre professores, a realização de atividades avaliativas integradas, trabalhos conjuntos, objetivos comuns e estratégias comuns.

Como nos orienta LIMA (2006), a presente proposta pedagógica vem para romper com a linearidade dos conteúdos e apontar para a complexidade destes, buscando construir eixos temáticos que possibilitem aos docentes um trabalho integrado na perspectiva da pesquisa, da extensão e do ensino, por meio da realização de oficinas, seminários, debates, exposições de trabalhos com resultado do estudo em grupo, culminando com a socialização da produção dos alunos.

Dessa forma, para uma melhor integração entre as disciplinas no decurso do ano letivo, optou-se pelo regime seriado anual, cuja estrutura curricular se dá pela organização das disciplinas teóricas e práticas em blocos solidários, realizados num determinado período de tempo chamado de série, com a atribuição de um tema para cada série do curso, facilitando, assim, a organização curricular, distribuindo, em uma determinada série, as disciplinas relacionadas ao tema daquela série.

Aprendizagem Significativa

Baseia-se na proposta de que a aprendizagem deva ser significativa para o aprendiz, conforme nos ensina AUSUBEL (1969), ao partir do pressuposto de que os conteúdos e habilidades devam ter significado para o aluno, na sua realidade social e intelectual. Igualmente ABREU e MASETTO (1990), retomam esta abordagem no seguinte trecho da obra *O Professor Universitário em Aula*:

”Toda aprendizagem, para que realmente aconteça, precisa ser significativa para o aprendiz, ... Isto exige que a aprendizagem:

- se relacione com o seu universo de conhecimentos, experiências, vivências;

- permita-lhe formular problemas e questões que de algum modo o interessem, o envolvam ou que lhe digam respeito;
- permita-lhe entrar em confronto experiencial com problemas práticos de natureza social, ética, profissional, que lhe sejam relevantes;
- permita-lhe participar com responsabilidade do processo de aprendizagem;
- permita-lhe e o ajude a transferir o que aprendeu na escola para outras circunstâncias e situações de vida;
- suscite modificações no comportamento e até mesmo a personalidade do aprendiz.” .

Aprendizagem Interativa

Na aprendizagem interativa privilegiar-se-ão metodologias de ensino-aprendizagem em que o aluno seja ativo no processo e desenvolva um alto grau de interação com o professor, com os demais alunos e com os objetos de estudo.

Segundo Cortelazzo (2005), a aprendizagem interativa exige de muitos professores a mudança de suas crenças e atitudes em relação ao ensino-aprendizagem, pois, como afirma Peters (2001), a aprendizagem deve acontecer para além do que o professor ensina e, nesse sentido, as tecnologias digitais podem ser apoios aos professores para que propiciem ambientes favoráveis a essa aprendizagem.

Desenvolvimento de Atitude Científica

O desenvolvimento de uma atitude científica deve partir de uma perspectiva também científica da produção acadêmico-científica como princípio educativo, pois, como destaca TEIXEIRA (2005), no artigo intitulado *A Pesquisa como princípio Educativo no Ensino Superior*.

O importante é que o aluno desde o primeiro ano seja introduzido no âmbito do epistemológico e do metodológico. Que ele faça produções e elaborações que irão ficando mais complexas. Que ele articule os conhecimentos da metodologia às demais disciplinas.

Aprendizagem por Projeto

Dentro da abordagem da educação problematizadora e em consonância às diretrizes apresentadas, são estabelecidos projetos temáticos, denominados **Projetos Integrados**, que englobam as disciplinas de cada uma das séries que compõem o curso.

Os Projetos Integrados são desenvolvidos nos mesmos moldes dos trabalhos interdisciplinares de pesquisa. A interdisciplinaridade na realização desses Projetos consiste no aproveitamento do conhecimento adquirido por todos os professores da referida série, bem como na solução de problemas que impliquem a participação ativa e o diálogo constante entre alunos e professores.

É nessa perspectiva que se dá a *práxis* educativa na aprendizagem por projeto, desenvolvida no CIESA, uma vez que concebe a aprendizagem como resposta natural do aluno ao desafio de uma situação-problema.

2.1.1.2 Perfil do Egresso

Formar pessoas não é apenas transmitir-lhes informações para que elas adquiram novos conhecimentos, habilidade, destrezas e se tornem mais eficientes. É, sobretudo, oferecer-lhes uma formação multidisciplinar e diversificada, capaz de lhe proporcionar um perfil eclético e versátil, com uma visão crítica e sistêmica, para enfrentar os desafios e transformações de uma sociedade globalizada. Formar, portanto, é muito mais do que informar, pois representa um enriquecimento da personalidade humana, à medida que contribui para a formação de homens-cidadãos, dotados dos subsídios de um agir pró-ativo, empreendedor, criativo, inovador, visando ao provisório e mutável.

Seguindo esse princípio, o CIESA busca uma abordagem calcada em uma lógica integrativa e não-dicotômica, que atenda às exigências da LDB - Lei de Diretrizes e Bases e, mais especialmente, às necessidades dos nossos clientes internos: os estudantes e profissionais de Manaus.

A estrutura curricular dos cursos do CIESA privilegia a formação de profissionais éticos e socialmente responsáveis, capazes de reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, tomar decisões e introduzir

modificações, possibilitando-lhes mais condição de empregabilidade em um mercado de trabalho diversificado e altamente competitivo. Para tanto, exige do professor a adoção de práticas pedagógicas que visem não apenas ao saber fazer, mas, em especial, ao saber SER, assegurando a progressiva autonomia intelectual e pessoal do aluno.

Nessa perspectiva, além do domínio da área de saber escolhida, a formação tem como meta o desenvolvimento de sólidas competências que envolvem o equilíbrio emocional, a apresentação pessoal, o relacionamento humano ou sociabilidade, a iniciativa, a responsabilidade e a ética, dotando o indivíduo de qualificações úteis para desempenhar, com proficiência, o seu exercício profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

2.1.2.3 Estrutura Curricular

A concepção de estrutura curricular, aqui compreendida no CIESA, parte dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, em consonância ao Projeto Pedagógico Institucional e às diretrizes curriculares específicas. Assim, é um elemento agregador de um conjunto de componente/atividades acadêmicas, tais como: disciplinas e/ou conteúdos, atividades complementares, iniciação à pesquisa e estágio, todos contemplados no perfil profissiográfico desejado.

2.1.2.3.1 Seleção de Conteúdos

O ensino e a aprendizagem, ao serem compreendidos como processo único, mantêm entre si uma relação indissociável que deve refletir uma concepção problematizadora, questionadora e reflexiva da ação pedagógica, como instrumento de transformação social e de formação para a cidadania.

O conhecimento sobre a sociedade requer, antes de tudo, o conhecimento científico que implica a análise dos fenômenos sociais, por meio das teorias, abstrações e conceitos, desenvolvendo o exercício de uma atitude crítica frente ao mundo. A seleção de conteúdos a serem trabalhados deve ser definida a partir das necessidades colocadas pelas práticas sociais, refletindo a compreensão do mundo atual e da sociedade regional na qual a IES está inserida, dando-se, ainda, resposta ao perfil estabelecido para a formação do egresso.

É no exercício da prática docente e na compreensão dos problemas enfrentados na escola que o educador se pauta para propor formas de organização e seleção de conteúdos que estejam de acordo com o interesse da maioria dos alunos. Neste sentido, a seleção de conteúdos vai muito além de uma concepção meramente transmissora de conhecimentos, figurando como uma ação pedagógica necessária para dotar de instrumental prático e teórico os atores do processo pedagógico, a fim de que estes possam enfrentar problemas de ordem igualmente prática, aprimorando seu grau de consciência quanto à significação dos conhecimentos adquiridos, pois, como nos ensina Vigotsky :

“O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.” (Vigotsky, 1987:101).

Como reafirma Zanette (2006), esta é uma concepção que vem a partir da prática docente, na organização escolar, quando o educador busca explicar e compreender os problemas presentes na escola onde atua, para que, a partir dessa compreensão, possa propor novas formas de organização e seleção de conteúdos que estejam mais voltados para os interesses da grande maioria da sua clientela.

Sendo assim, acredita-se que uma das competências básicas inerentes ao trabalho docente está na capacidade de decidir sobre a qualidade e a quantidade de conhecimentos, das idéias, dos conceitos e dos princípios que permeiam todo o currículo, estabelecendo uma relação indissociável com a realidade social, contextualizando assim o ensino, competência essa que também requer a compreensão da importância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, como bem nos ensina Ausubel (1980):

"uma pequena quantidade de conhecimento consolidado é mais utilizável e transferível do que uma grande quantidade de conhecimento instável, difuso e completamente inútil".

E neste contexto entende-se que, para a seleção e aplicação do que se vai ensinar aos alunos, os professores devem levar em consideração os seguintes critérios:

Critérios para Seleção de Conteúdos

Critérios	Implicação
Critérios de adequação às necessidades sociais e culturais	Os conteúdos devem refletir os amplos aspectos da cultura, tanto do passado quanto do presente, assim como todas as possibilidades e necessidades futuras, atendendo às necessidades sociais e individuais.
Critério de interesse	Os conteúdos selecionados devem manter e desenvolver o interesse do aluno em atingir os seus objetivos, podendo assim ajudar a solucionar os seus problemas e atender as suas necessidades pessoais.
Critério de validade	No critério de validade, apreende-se que a aquisição do conhecimento pelo conhecimento não tem valor. E necessário selecionar conteúdos que sejam válidos não apenas para um momento, mas que também possam servir para toda a vida do aluno, possibilitando que se abram novas perspectivas e novas visões. Dessa forma, devem-se selecionar conteúdos com os quais o estudante possa trabalhar, ou seja, ocupar-se, pois o conhecimento sem a aplicabilidade perde o seu sentido e se torna irrelevante. Enfim, os conteúdos devem responder aos anseios do aluno.
Critério de utilidade	O critério de utilidade está presente na seleção de conteúdos quando conseguirmos harmonizar os conteúdos selecionados para estudo, com as exigências e características do meio em que vivem os nossos alunos.
Critério de possibilidade de reelaboração	Esse critério está relacionado à capacidade de recepção, assimilação e transformação da informação por parte do próprio aluno. A atividade de reelaboração dos conteúdos selecionados possibilita aos alunos realizar elaborações e aplicações pessoais a partir daquilo que aprenderam, oportunizando-lhes trabalhar tais conteúdos de forma criativa.
Critério de Flexibilidade	O critério de flexibilidade diz respeito às possibilidades de alteração que se podem operar em relação aos conteúdos que já foram selecionados, partindo-se do princípio de que, ao longo do percurso formativo, podem-se incorporar novas experiências curriculares e extracurriculares que permitam o enriquecimento na formação do aluno.

Sendo assim, apreende-se que o conjunto dos critérios ora expostos é o ponto de partida para a realização de um processo ensino-aprendizagem

alinhado a uma visão transformadora da sociedade e, ainda, tão importante quanto a apreensão desses critérios está o educador eticamente e moralmente comprometido, consciente de sua função mediadora nesse processo que requer o estudo contínuo e o aperfeiçoamento de sua própria prática educacional.

2.1.2.3.2 Flexibilização Curricular

Com o propósito de aprimorar a formação acadêmica do aluno na relação teoria e prática, o CIESA tem implementado ações educativas como possibilidades acadêmicas aos alunos, a fim de que estes possam construir seu próprio percurso formativo, por meio da aquisição e incorporação de experiências curriculares e extracurriculares que lhe permitam maior contato com as áreas de conhecimento de seu maior interesse.

Neste sentido, a flexibilização curricular no CIESA se delinea por meio das atividades complementares, disciplinas optativas, seminários temáticos, oficinas de gestão e programas de nivelamento, à escolha dos discentes e da possibilidade de matrícula em blocos temáticos/linhas de formação, no último ano do curso.

2.1.2.3.3 Estágio, prática profissional e atividades complementares

a) Políticas de estágio

O Estágio é o período de exercício pré-profissional previsto no currículo e representa um momento fértil de iniciação em que o estudante permanece em contato direto com o ambiente profissional, desenvolvendo atividades articuladas com teoria e a prática, exercidas em situações reais, programadas e projetadas, com duração e supervisão constantes de leis e normas.

Cada curso ofertado pelo CIESA possui seu regulamento próprio, aprovado por suas respectivas Comissões, bem como pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em conformidade à legislação vigente e às diretrizes curriculares específicas.

Prática Profissional

No CIESA, as atividades de prática profissional são estabelecidas para permitir ao acadêmico aprimorar suas competências, relacionar seu universo de conhecimentos, experiências, vivências, permitindo-lhe entrar em confronto experiencial com problemas práticos de natureza social, ética, profissional, que lhe sejam relevantes.

As atividades de prática profissional são programadas e supervisionadas pelos professores orientadores, com larga experiência no mundo do trabalho que, por meio de uma metodologia diferenciada, interagem com os alunos a fim de garantir-lhes a proficiência em sua de formação.

Neste sentido, o CIESA dispõe de uma estrutura adequada pra realizar uma permanente prática profissional, que não só oportuniza a construção de competências discentes, mas também permite a interação com a comunidade, tornando o acadêmico responsável pela construção de sua aprendizagem.

Compõe-se da seguinte estrutura: Núcleo de Prática Jurídica, 5 Laboratórios de Informática, Laboratório de Cozinha, Ateliê de Moda, Escritório Modelo e o *campus* de Pesquisa no município de Presidente Figueiredo.

b) Atividades Complementares

As atividades complementares constituem-se em um dos espaços flexíveis da matriz curricular, destinada a aprimorar a formação acadêmica do aluno na relação entre teoria e prática, em acréscimo às atividades curriculares.

As Atividades Complementares previstas para a integralização do currículo deverão ser cumpridas pelos discentes em conformidade ao Regulamento de Atividades Complementares, no qual vêm especificados todos os elementos que lhe são peculiares e são coordenadas pelas respectivas Coordenações de Curso que respondem pela proposta do Plano de Atividades Complementares a ser desenvolvido pelo Curso.

A flexibilização curricular promovida pelas Atividades Complementares dá maior autonomia ao aluno na personalização de sua formação, mediante a realização de atividades extracurriculares, permitindo o contato com as áreas de conhecimento de seu maior interesse.

O detalhamento das atividades complementares, das respectivas cargas admitidas, bem como da forma de validação destas, pode ser encontrado no Regulamento das Atividades Complementares específico de cada Curso.

2.1.2.3.4 Avaliação da Aprendizagem e do Desempenho Escolar

Outra preocupação do CIESA é com avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, apresenta em seu Regimento, nos artigos 64 a 68 e seus parágrafos, a forma de acompanhamento da avaliação da aprendizagem e do desempenho escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a freqüência e o aproveitamento escolar.

A freqüência às aulas e às demais atividades escolares, permitida apenas aos alunos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver freqüência escolar, no mínimo, de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro da freqüência escolar são de responsabilidade do professor e, o seu controle, da Secretaria, a qual comunicará os resultados aos setores competentes do CIESA, na forma do que dispuser o Regimento da mesma.

A ausência coletiva às aulas, por parte de uma turma, implica a atribuição de faltas a todos os alunos e não impede que o professor considere lecionado o conteúdo programático planejado para o período em que a ausência se verificar.

O aluno que for convocado para integrar Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, Serviço Militar obrigatório ou Eleitoral, bem como aqueles que participarem de conclaves oficiais, as gestantes e os portadores de doenças infecto-contagiosas, devidamente comprovadas e amparados pela legislação especial, tem sua freqüência apurada na forma da legislação em vigor.

Os prazos para pedidos formulados com base no disposto acima são de três dias contados da data do início do evento.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares e, se for o caso, no exame final.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de provas e determinar os demais trabalhos que devem ser efetuados pelos alunos, bem como julgar os resultados, entregando-os à Secretaria no prazo definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Cabe ao professor, para verificação do rendimento escolar dos alunos, durante o ano letivo, e para cada disciplina, atribuir quatro notas parciais de conhecimento e, respeitando o disposto no artigo anterior e em seus parágrafos, uma nota de Exame Final.

Para aferição das notas pode o professor submeter os alunos a formas diversas e continuadas de verificação do rendimento escolar, tais como projetos, estágios, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, estudos de casos, monografias e outras formas de avaliação, cujo resultado, deve culminar com a atribuição de uma nota representativa de cada avaliação parcial, prevista no parágrafo anterior.

O exame final, realizado no fim do ano letivo, tem por objetivo avaliar a capacidade de domínio do conjunto da disciplina e constará de uma prova escrita, sendo admitida a prova prática para aquelas disciplinas cuja avaliação exija tal tipo de procedimento.

As notas parciais e a nota de exame final deverão ser expressas em grau numérico inteiro, de zero a dez, admitindo-se o meio ponto, com a média final expressa até a segunda decimal.

Atribui-se nota zero ao aluno que se utilizar de meios fraudulentos nas verificações e nos trabalhos desenvolvidos, competindo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, regulamentar as demais medidas disciplinares que forem julgadas convenientes, até o desligamento do mesmo do CIESA.

O professor deve lançar falta para o aluno que deixar de se submeter às avaliações previstas neste Regimento.

O aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações parciais de conhecimento de cada semestre, conforme previsto neste Regimento, bem como ao Exame Final, poderá, através de requerimento, solicitar prova de

segunda chamada no prazo de três dias, contados da data da realização da prova, por disciplina.

O rendimento verificado na prova de segunda chamada equivalerá, exclusivamente, e apenas, à nota parcial de avaliação a que o aluno houver deixado de comparecer, ou a nota do Exame Final, na forma definida pelo professor e constante do que dispõe este Regimento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão definirá as condições de concessão de provas de segunda chamada requeridas na forma deste Regimento e, bem assim, definirá outras normas específicas relativas às avaliações, inclusive quanto ao Exame Final.

Considera-se aprovado na disciplina o aluno que tenha alcançado o quociente mínimo de freqüência escolar e que haja obtido um total de pontos igual ou superior a vinte (20) pontos nas quatro notas parciais de conhecimentos e cuja média somada ao rendimento verificado no exame final, resulte em média igual ou superior a cinco (5) pontos.

Respeitada a freqüência mínima de setenta e cinco por cento, fica dispensado da realização do Exame Final da disciplina, o aluno que tenha obtido média igual ou superior a oito (8) pontos, nas quatro notas parciais de conhecimento, de que trata o Regimento.

Não tem direito de realizar o Exame Final o aluno que, ao término do ano letivo, tenha quociente de freqüência inferior a setenta e cinco por cento, sendo considerado não creditado na disciplina, independentemente de haver obtido rendimento escolar, conforme previsto no Regimento.

É considerado igualmente reprovado o aluno que não obtiver na soma das quatro notas parciais de conhecimento, um total mínimo de vinte (20) pontos.

É assegurado ao aluno o direito à revisão de provas, excetuadas as do concurso vestibular, bem como deve o professor efetuar a revisão automática das provas realizadas, na forma de regulamentação aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

O aluno não aprovado, por não ter alcançado, seja freqüência escolar mínima, sejam as notas exigidas, repetirá a disciplina, na forma do que estabelece este Regimento, respeitadas as exigências de freqüência escolar,

de aproveitamento de estudos e de pagamento do valor dos créditos correspondentes à ou as disciplinas.

É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas da série cursada, admitindo-se a promoção com dependência em até três disciplinas de série anterior.

O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se obrigatoriamente, nas disciplinas de que depende, obedecendo ao limite de vagas por turma, respeitada a compatibilidade de horários, nas demais disciplinas da série para a qual foi promovido.

Como em toda Instituição de Ensino, a avaliação da aprendizagem é um desafio, principalmente, quando se parte de uma concepção pedagógica transformadora.

No momento em que o CIESA parte para a construção coletiva de seu projeto pedagógico institucional, é inevitável o rompimento com as concepções conservadoras de avaliação e a adoção de uma proposta de avaliação calcada numa concepção pedagógica cujo modelo de sociedade que contemple a apreensão do conhecimento como uma ação de transformação social.

Assim, nessa trajetória, migramos de uma pedagogia conservadora para uma pedagogia transformadora. Esse caminhar, está ilustrado no quadro a seguir:

CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA CONSERVADORA	CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA TRANSFORMADORA
Priorização da avaliação dos conteúdos constantes dos livros	Parte da compreensão da realidade
Classificação, comparação e julgamento de valor com padrões arraigados.	Concepção problematizadora, questionadora e reflexiva da ação pedagógica, como instrumento de transformação social e de formação para a cidadania.
Predomínio dos aspectos quantitativos	Predomínio dos aspectos qualitativos.
Avaliação pontual, com terminalidade numa unidade, série, curso.	Avaliação contínua, diagnóstica e formativa, que permite a retomada das ações, a reformulação dos procedimentos adotados, com vistas

	ao alcance dos objetivos de aprendizagem.
Concepção excludente de avaliação	Concepção includente de avaliação

A ênfase na aprendizagem é o elemento norteador das discussões entre a comunidade acadêmica sobre a concepção de avaliação que estamos construindo.

Dessa forma, objetivamos garantir aos nossos alunos que:

- O domínio do conhecimento deve estar relacionado à transformação da sociedade;
- O desenvolvimento do hábito de estudar como atividade rotineira, independentemente, da aplicação de instrumentos formais de avaliação;
- Ação pedagógica do professor numa perspectiva humana, ética, justa e solidária;
- Consideração de todas as atividades acadêmicas como relevantes para a formação integral do aluno, não apenas aquelas atreladas à composição de notas.
- Incorporação, por parte dos docentes, dos diversificados instrumentos de avaliação da aprendizagem.

Como nos alerta Perrenoud (2000), ao assumirmos o desafio de mudar para uma proposta de avaliação transformadora, estamos mudando a escola. Isso implica dizer que iniciamos a construção de uma nova escola, com novas práticas e, inevitavelmente, com o surgimento de inseguranças e angústias, pois ao sairmos de nossa “zona de conforto”, entramos num caminho novo, desconhecido e desafiador, de cujos obstáculos não se podem desviar, pois são apresentados a todos.

Assim, ao adotar uma pedagogia transformadora, a comunidade acadêmica do CIESA parte para a construção de uma nova forma de avaliação, que contemple a mudança de concepções, práticas e o rompimento de paradigmas.

Nesse novo pensar sobre avaliação, aportamo-nos na abordagem feita por Luckesi (2002) e retomada por Kraemer (2005), na qual se traça um paralelo entre a concepção tradicional de avaliação e a concepção transformadora de avaliação.

CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE AVALIAÇÃO	CONCEPÇÃO TRANSFORMADORA DE AVALIAÇÃO
<p>Foco na promoção: foco dos alunos é na promoção. Nas aulas iniciais, discutem-se as regras e os meios pelos quais serão obtidas as notas para a promoção de uma série a outra.</p>	<p>Foco na aprendizagem: o foco dos alunos é a aprendizagem que se dá de forma significativa e prazerosa.</p>
<p>Implicação: as notas são computadas, sem a preocupação com o modo pelo qual ela foi obtida, nem o processo pelo qual o aluno foi promovido à série seguinte.</p>	<p>Implicação: avaliação compreendida como mecanismo de auxílio para saber quais objetivos de aprendizagem foram alcançados, quais ainda não atingidos e as intervenções necessárias do professor para oportunizar ao aluno o alcance desses objetivos.</p>
<p>Foco nas provas: empregada como instrumento de punição, pressão psicológica, sob o pretexto de ser um elemento motivador da aprendizagem, remonta as concepções defendidas por Comenius em sua Didática Magna, do séc. XVII. São comuns ameaças proferidas pelo professor, do tipo: “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova!” ou “Fiquem quietos! Prestem atenção! O dia da prova vem aí e vocês verão o que vai acontecer...”</p>	<p>Foco nas competências: a meta em comum dos professores está no desenvolvimento das competências constantes do projeto educacional.</p>
<p>Implicação: utilizam-se as provas como um fator negativo de motivação. O estudo realizado pelos alunos se dá em função da ameaça da prova, não pela aprendizagem significativa e prazerosa. O estímulo a uma postura de submissão e de comportamentos tensos e de estresse.</p>	<p>Implicação: a avaliação vai além da concepção de mero instrumento de certificação da consecução dos objetivos, evidenciando-se necessário instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem. Neste sentido, as etapas da progressão da aprendizagem, constantes na Taxionomia dos Objetivos Educacionais de Benjamin Bloom, são referenciais fundamentais na prática da avaliação e na orientação dos alunos.</p>
<p>Instituições de ensino centradas nos resultados das provas e exames: Preocupam-se com as</p>	<p>Estabelecimentos de ensino centrados na qualidade: Preocupam-se com o presente e o</p>

notas como demonstrativo do quadro geral dos alunos, para a promoção e reprovação na série.	futuro do aluno, em especial, com a sua inclusão social (percepção do mundo, criatividade, empregabilidade, interação, posicionamento, criticidade).
Implicação: processo educativo oculto. Interpretação ingênua das médias. Não se preocupa com os reais motivos para existência de discrepâncias de notas em determinadas disciplinas.	Implicação: o foco está voltado no resultado do ensino para o aluno e não mais na média do aluno na escola.
O Sistema Social se contenta com as notas: as notas atendem a exigências formais e são suficientes para preencher os quadros estatísticos. A regularidade dos resultados é bem vista, não havendo preocupação com a qualidade e os parâmetros utilizados para sua obtenção. À exceção se dá nos resultados obtidos no ENADE que avaliam e, de certa forma, classificam os diferentes grupos de práticas educacionais e instituições de ensino.	Sistema Social preocupado com o futuro: Compreensão de que se fazem necessárias mudanças urgentes na escola e de que partem da sociedade as ações para a reversão do quadro em que se encontra a educação brasileira, saindo de uma concepção domesticadora para uma educação humanizadora.
Implicação: não há compromisso com a qualidade, apenas importam os resultados que, mesmo assim, são relativos. Sistemas educacionais de rompem com esse tipo de concepção ficam incompatíveis com os demais e são pressionados a agir de forma tradicional.	Implicação: a educação é valorizada a partir dos resultados efetivos que traz aos indivíduos.

Adaptado de Luckesi *apud* Kraemer (2005).

2.1.2.2.5 Articulação ensino x pesquisa x extensão e seus incentivos

Justificar a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão significa conferir maior clareza na compreensão dos princípios norteadores da construção dos Projetos Pedagógicos, revelando uma imagem coerente e sistematizada de cada Curso.

Assim, o CIESA compreende a importância da articulação de todos os seus programas de aprendizagem e apresenta instrumentos normativos

institucionalizados e de apoio que objetivam dar sustentação à articulação acadêmica. Quais sejam:

a) Assessoria Acadêmica

A Assessoria Acadêmica é um setor de apoio técnico-didático que visa contribuir com os corpos docente e discente em suas práticas formativas, promovendo a construção de um processo de aprendizagem que promova o despertar do alunado, oportunizando-o a aprender a aprender por meio de práticas participativas de ensino.

Ainda, procura atender às necessidades dos discentes no que diz respeito ao ensino, buscando sanar problemas detectados quanto ao desempenho e atuação do corpo docente, procurando, por meio de uma ação didática, desenvolver e qualificar os processos e práticas de ensino, favorecendo novas propostas de ensino-aprendizagem de modo a proporcionar ao professor mecanismos que despertem o interesse do aluno em aprender. Com isso se pretende, dinamizar as aulas, estimulando uma aprendizagem satisfatória com a utilização de novos métodos e técnicas pedagógicas empregadas em sala de aula de modo a incentivar a união de ações mais eficientes por parte do professor.

Da mesma forma, a Assessoria Pedagógica tem por tarefa auxiliar no trato das relações entre professores e alunos, subsidiando o professor com técnicas e procedimentos didáticos que favoreçam o andamento do processo ensino-aprendizagem e preencham as lacunas existentes na formação pedagógica do docente, bem como possibilitem um convívio harmônico no espaço acadêmico.

b) Centro de Apoio Psicopedagógico - Capps

O CIESA, consciente das dificuldades muitas vezes encontradas pelos estudantes, vem desenvolvendo estratégias para atender não apenas a concretização dos objetivos ligados à promoção de um ensino de qualidade, como também promover o desenvolvimento integral e saudável – tomada esta expressão em sua perspectiva holística - de sua comunidade acadêmica.

Para tanto, mantém, na sua estrutura organizacional, um Centro de Apoio Psicopedagógico aos discentes, objetivando contribuir para o seu bom desempenho escolar, mediante ações de orientação e apoio nas suas dificuldades de aprendizagem, proporcionando orientação psicológica, acadêmica e profissional, além de serviços de aconselhamento pessoal e emocional.

O Centro conta com espaço físico especialmente destinado, bem como com profissionais habilitados a promover estas funções, promovendo o atendimento individual dos alunos ou atividades de grupo de caráter psicoterapêutico.

c) Centro de Apoio Pedagógico ao Discente

A proposta de criar o Centro de Apoio Pedagógico ao discente surgiu da necessidade de instituir um projeto que atendesse às necessidades imediatas dos discentes quanto às dificuldades encontradas no processo ensino - aprendizagem.

São vários os indicadores que afetam a aprendizagem (apatia, desmotivação, falta de hábito de estudo, leitura e outros).

Toda aprendizagem, para que realmente aconteça, precisa ser significativa para o aprendiz, precisa envolvê-lo como pessoa, como um todo (idéias, sentimentos, cultura), que formule problemas que participem com responsabilidade do processo de aprendizagem.

Sendo a aprendizagem uma mudança de comportamento, o discente terá no Centro de Apoio Pedagógico a motivação necessária para desenvolver as áreas dos conhecimentos, habilidade e atitude, tornando-o capaz de conquistar sua autonomia intelectual.

A iniciativa do referido Centro de tornar o discente sujeito de sua aprendizagem, parte da tendência pedagógica construtiva que preconiza uma educação libertadora e de construção do saber, resultando na necessidade de se repensar a intervenção pedagógico-didática na prática educacional.

O CAPD concretizará seus objetivos através de ações de curto prazo que envolverão apoio pedagógico nas orientações quanto à formação de hábitos de estudos.

Os plantões “TIRA DÚVIDAS” funcionarão, com cronograma definido para as disciplinas envolvidas, de segunda a sexta, no horário de 15:00 às 21:00h. Vale ressaltar que, as disciplinas envolvidas foram selecionadas a partir da observação do grau de dificuldades apresentada pelos os discentes quanto à fixação e compreensão dos conhecimentos diários.

Para facilitar a aprendizagem e desenvolver nos discentes o hábito do estudo, serão aplicadas as seguintes metodologias:

- Um folder com instruções acerca do ato de estudar;
- Atendimento individualizado e coletivo aos discentes, com auxílio de material didático e bibliografia básica;
- Orientações sistemáticas das situações problemas, por meio de exercícios de fixação;
- Dinâmicas de grupo para incentivar a participação ativa dos discentes.

d) Programa do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX

A exigência da pesquisa acadêmica e de produção científica não é uma exigência para Instituições Isoladas de Ensino, ou Centros Universitários, no entanto, o CIESA, preocupado com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, busca contemplar a criação de espaços que se tornem referência para criar, incentivar, fomentar e desencadear o diálogo científico. Nesse sentido, elaborou o Programa do Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPEX que visa à aglutinação de estudos de variadas naturezas, de caráter interdisciplinar, que possibilite o elo entre a instituição e a comunidade acadêmica, interligando suas atividades de ensino às atividades de pesquisa e extensão.

A experiência adquirida na pós-graduação, após a implementação de programas de mestrado acadêmico e MBAs, com instituições conveniadas (Programas Interinstitucionais), além dos cursos de Especialização, com marcas de inovação e qualidade, muito bem aceitos pelas comunidades interna e externa, subsidiou o Programa do Núcleo, levando ao

planejamento de três linhas de pesquisa, responsáveis pelo desencadeamento da pesquisa institucionalizada. São elas:

- ✓ Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional Sustentável;
- ✓ Trabalho, Cidadania e Bem-Estar Social;
- ✓ Gestão das Organizações e da Inovação Tecnológica.

e) A Extensão Universitária

A extensão no CIESA busca garantir a integração entre as comunidades interna e externa, por meio do oferecimento de programas, projetos de extensão, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de atividades que proporcionem a melhoria da qualidade do ensino, aliada às necessidades de desenvolvimento regional.

f) Programa de Responsabilidade Social do Ciesa

O CIESA tem, ao longo do desenvolvimento de suas atividades, priorizado projetos voltados à inclusão social, desenvolvimento econômico social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e do patrimônio cultural, consoante estabelecido no próprio sistema de avaliação.

A ênfase desta atuação está no esforço de promoção da inclusão social, por meio de atendimento a comunidade carente localizada no Bairro União e, em seu entorno, podemos então citar entre outros o Projeto Amor pela Vida que vem sendo desenvolvido há mais de 16 anos e o atendimento por meio do Núcleo de Prática Jurídica, que prioriza pessoas com ganhos inferiores a três salários mínimos.

A responsabilidade social como prática extensionista ainda é desenvolvida por meio do Projeto de Inclusão digital para idosos.

Demais disso, o CIESA incentiva o desenvolvimento de projetos sociais no âmbito dos cursos, visando o atendimento de carências sociais de forma a cumprir seu compromisso e papel com a sociedade.

Finalmente, indo além, oferece programas de bolsas trabalho a estudantes carentes.

g) Programa de Bolsas de Estudo e Bolsas Trabalho

Com vistas a assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas, é compromisso da Mantenedora conceder Bolsas de Estudo para seus alunos, usando a porcentagem de 5% (cinco por cento) de sua receita líquida e outros recursos, cuja captação é buscada junto a empresas, fundações e outras entidades, públicas e privadas.

A bolsa de estudos prevê dispensa do pagamento das mensalidades, parcial ou total, e cada caso é analisado pela Comissão de Bolsas de Estudo, podendo ser efetivada a Bolsa Trabalho, na qual os acadêmicos selecionados desenvolvem atividades dentro dos setores acadêmicos do próprio Centro.

h) Programa de Monitoria

O programa de monitoria objetiva propiciar a capacitação do acadêmico de graduação, mediante o estímulo e desenvolvimento de habilidades requeridas de apreensão, transmissão crítica e produção criativa da graduação.

A implantação de monitoria no âmbito dos Cursos do CIESA justifica-se como procedimento pedagógico de consolidação do perfil desejado para o acadêmico, hábil a estimular a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, a postura reflexiva e visão crítica, favorecendo a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

O programa de monitoria, possibilitando o engajamento efetivo do aluno no processo de construção da docência, como parte ativa e fundamental no processo ensino – aprendizagem, propicia o enriquecimento do conhecimento e desperta, inclusive, vocações para o magistério e a pesquisa científica.

Especificamente, a título de auxílio e incentivo financeiro, o programa contempla a concessão de bolsa ao aluno por meio de abatimento de 30% no valor da mensalidade. Além disso, o efetivo exercício durante todo o ano letivo das atividades de monitoria contempla, ainda, a concessão de um crédito relativo ao componente curricular de atividades complementares e a expedição de certificado.

i) Programa de Acompanhamento de Egressos

O Programa de Acompanhamento de Egressos do CIESA tem por objetivo promover e vitalizar o processo de avaliação como um instrumento de pesquisa sobre o desempenho do egresso e sua participação no mercado de trabalho, visando à concretização da missão institucional da sua conduta social.

A qualidade de trabalho desenvolvido pelo Centro constitui-se num componente essencial da atividade educacional, razão pela qual se torna crescente a atenção e preocupação em utilizar formas adequadas disponíveis para orientar o projeto acadêmico e subsidiar adequadamente decisões articuladas com os fins institucionais.

O acompanhamento dos egressos demanda um processo reflexivo e tem papel relevante na identificação de fatores que interferem na realidade e conseqüentemente possibilitam a criação de uma realidade futura.

III MARCO OPERACIONAL

3.1 DEFINIÇÕES OPERATIVAS

Constitui-se dos principais programas, projetos e atividades educativas que visam à realização de ações voltadas ao interesse e desenvolvimento acadêmico-pedagógico, em cumprimento à missão institucional de “Educar com qualidade, visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental e ao bem-estar social”.

DEFINIÇÕES	DISCRIMINAÇÃO	AÇÕES
VOCAÇÃO PARA AS DEMANDAS REGIONAIS		
COMPETÊNCIA		
COMPROMISSO SOCIAL	Público Interno:	Benefícios sociais aos colaboradores e familiares Política de bolsas de estudo para funcionários e dependentes Clima organizacional favorável

	Público Externo:	Políticas de bolsa-trabalho e bolsa-estágio Envolvimento com a comunidade Projetos sociais de apoio a comunidades carentes na capital e no interior Projetos sociais de promoção da cidadania
IMAGEM		
CORPO DOCENTE		

3.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Conforme Belloni (2000), a avaliação institucional define-se como um instrumento para o aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa tanto das instituições quanto dos sistemas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade e da sua relevância social.

A concepção de Avaliação prevista no SINAES, em consonância à natureza pública da educação e aos princípios educacionais expressos na Constituição e na LDB, compromete-se com uma qualidade conectada com a melhoria acadêmica e com a responsabilidade social, oportunizando às instituições de educação superior o uso construtivo dos resultados no desenvolvimento de suas políticas acadêmicas, cultura, valores e compromissos, num processo permanente, com participação acadêmica e social, constituindo fundamentos para a criação de políticas públicas como possibilidade concreta junto à ciência e à sociedade, implicando um comprometimento efetivo, partilhado por todos os atores-sujeitos do cenário educacional de maneira responsável, com valores éticos e humanistas.

Esta concepção aponta para os princípios:

- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;

- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

Para o CIESA, a avaliação institucional deve orientar ações de estímulo e fomento à melhoria da qualidade das atividades acadêmicas, bem como fortalecer o projeto institucional com ética e responsabilidade social, constituindo-se a partir de questões de reflexão e discussão permanente sobre a práxis político-pedagógica, gerada e articulada em ampla publicidade crítica. Esta concepção configura-se nas seguintes características:

- a) É um processo de construção coletiva que possibilita o reaprender a aprender;
- b) É uma instância de aprendizagem dialeticamente atuante;
- c) Respeita o dinamismo da sociedade;
- d) É democrática, pois se valida pela forma consensual em que se constrói, envolvendo a participação dos sujeitos e buscando uma consciência coletiva;
- e) Faz exame crítico da realidade interna;
- f) É um processo permanente e busca garantir a pertinência e a qualidade das ações;
- g) É transparente quanto aos seus fundamentos, seu enfoque e principalmente no que se refere à utilização dos seus resultados para o desenvolvimento da política interna.

A Avaliação Institucional do CIESA procura respeitar as dimensões previstas em lei, bem como levar em conta outras, a fim de que o processo de avaliação possa contemplar as dimensões consideradas mais importantes para o seu desenvolvimento. Neste sentido, são apresentadas, na seqüência, as dimensões para a Avaliação Institucional no CIESA:

- I. Inserção Regional: Missão e PDI;
- II. Organização Institucional;
- III. Responsabilidade Social;
- IV. Comunicação e Informação;
- V. Políticas de Pessoal;
- VI. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- VII. Infra-estrutura física;

- VIII. Política de Atendimento aos Estudantes;
- IX. Planejamento e Avaliação;
- X. Auto-Avaliação do Discente;
- XI. Auto-Avaliação do Docente;
- XII. Sustentabilidade Financeira.

Essas dimensões possuem uma articulação dinâmica e um detalhamento com indicadores de qualidade que permitem o acesso às informações de cada categoria de análise, dando destaque às especificidades, ampliando sobre a totalidade da IES.

Para tanto, são utilizados questionários eletrônicos acessíveis em páginas contendo questões a serem respondidas por alunos e professores, apontando para uma determinada característica a ser avaliada, garantindo-se, a cada questão, um espaço aberto para que estes possam expressar sua opinião sobre os pontos positivos e negativos de cada indicador.

No entanto, a avaliação vai mais além, utilizando os resultados oriundos do Programa de Acompanhamento de Egressos e a análise dos relatórios emitidos pelo INEP sobre o desempenho dos estudantes por meio da aplicação de exames, do resumo técnico sobre o Censo da Educação Superior e dos relatórios emitidos pelas comissões de avaliação dos cursos de graduação e, ainda, utiliza a base de informações constantes do SIEdSup, Sistema Integrado de Informações da Educação Superior.

3.2.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CIESA

O Sistema de Avaliação Institucional do CIESA, com base nos pressupostos acima declarados, na legislação nacional da educação superior e em suas normas internamente instituídas, constitui-se na forma representada no quadro a seguir:

AVALIAÇÃO/PERIODICIDADE	MÉTODO	UTILIZAÇÃO
AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior: Auto-Avaliação (semestral)	Aplicação de questionário eletrônico e coleta de dados, além de informações oriundas dos diversos processos avaliativos agregadas às dimensões da Avaliação Institucional do CIESA.	Sob a coordenação da CPA, tem o propósito de redirecionar a política institucional, pois seus resultados impactam nas ações acadêmico-administrativas.
Avaliação Externa (calendário estabelecido em ato da CONAES)	Realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.	Contribui para o autoconhecimento, aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Instituição e oferece subsídios importantes para a regulação e formulação de políticas educacionais.
ANUAL		
Perfil dos Ingressantes	Aplicação do questionário socioeconômico-cultural.	Conhecer o perfil dos ingressantes.
Censo da Educação Superior	Coleta, anualmente, de uma série de dados sobre a educação superior no País. As instituições de ensino superior respondem ao questionário eletrônico.	O Censo oferece um resumo técnico enriquecido de informações com análises preliminares e uma visão das tendências de um nível de ensino em processo de expansão e diversificação, permitindo a construção de série histórica e da coleta de informações detalhadas como subsídios para o planejamento da política institucional e para o desenvolvimento das ações acadêmico-administrativas, possibilitando maior democratização de acesso à educação superior e à melhoria de sua qualidade.
SIEdSup – Sistema Integrado de Informações da Educação Superior	Sistema de Cadastro das Instituições da Educação Superior.	Oferece uma base de informações sobre o sistema brasileiro de Educação Superior, sobre a IES e seus cursos, os resultados que obtiveram nos processos oficiais de avaliação e seus principais indicadores educacionais.
BIENAL		

Acompanhamento dos Egressos (Formados)	Questionário de autopreenchimento e entrevista pessoal.	Revisão ampla do curso, proposição de novas abordagens e habilitações ou ênfases.
TRIAL		
Avaliação Externa: * ENADE – Avaliação do Desempenho dos Estudantes	Aplicado pelo INEP/MEC, por meio de uma prova respondida pelos alunos cadastrados pela instituição e por questionário de pesquisa socioeconômico-cultural respondido, inclusive, pelo coordenador de curso.	Análise dos Relatórios emitidos pelo INEP com vistas a revisões e reformulações no ensino e ao desencadeamento de ações acadêmicas visando alcançar um padrão de qualidade.
Diagnóstico dos Cursos de Graduação	Aplicação de questionários e entrevistas com as comunidades interna e externa, matrículas por gênero, projeção de matrícula, faixa etária, titulação dos professores, vagas oferecidas e ocupadas, desafios e perspectivas, metas, dificuldades.	Realiza um autodiagnóstico do curso, fortalecendo a visão crítica e transformadora da avaliação e a qualidade política da instituição.
PERIÓDICA		
* ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação	Aplicada pelo INEP e suas Comissões de Avaliação de Curso no momento do reconhecimento ou renovação do reconhecimento de curso, por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas <i>in loco</i> .	Objetiva avaliar a instituição e seus cursos, considerando as dimensões, organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações, seus respectivos indicadores de qualidade.

* No Sistema de Auto-Avaliação anterior, o CIESA utilizava os relatórios emitidos pelo ENC e os da Avaliação das Condições de Ensino.

3.2.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª Etapa:

CONSTITUIÇÃO DA CESAC.

Para realizar a auto-avaliação, o CIESA instituiu, com a Portaria DG nº 01/2004 de 3 de junho de 2004, a Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA – CESAC.

A CESAC é o órgão responsável pela condução dos processos de avaliação interna, de sistematização e de coleta de informações, visando assegurar o acompanhamento permanente do desenvolvimento e aprimoramento dos padrões de qualidade institucional.

A CESAC, conforme o art. 2.º da Portaria DG nº 01/2004, está composta pelos seguintes representantes, cujos membros foram designados pela Portaria DG n.º 02/2004 de 3 de junho de 2004, anexa a este programa:

- a) 1 Representante do Corpo Administrativo;
- b) 1 Representante do Corpo Técnico;
- c) 1 Representante da Assessoria Acadêmica;
- d) 1 Representante do Sistema de Informação Acadêmica;
- e) 1 Representante da Diretoria;
- f) 1 Representante dos Coordenadores de Curso;
- g) 2 Representantes dos Professores;
- h) 2 Representantes dos Discentes;
- i) 2 Representantes dos Egressos;
- j) 1 Representante da Sociedade Civil Organizada.

A partir da Portaria MEC Nº 273, de 26 de janeiro de 2005 que credencia o Centro Universitário, por transformação do Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas, a Comissão Especial do Sistema de Auto-avaliação, assim como a Estrutura Organizacional do CIESA, sofreram algumas mudanças. Revogou-se a Portaria DG n.º 01/2004 de 3 de junho de 2004, que instituiu a Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA – CESAC e instituiu-se a Portaria GR nº001/2005 que aprovou a seguinte estrutura para a CESAC – Comissão Especial do Sistema de Auto-avaliação do CIESA:

- I. 1 Representante do Corpo Administrativo;
- II. 1 Representante do Corpo Técnico;
- III. 1 Representante da Assessoria Acadêmica;
- IV. 1 Representante do Sistema de Informação Acadêmica;
- V. 1 Representante da Reitoria;
- VI. 1 Representante dos Coordenadores de Curso;
- VII. 2 Representantes dos Professores;
- VIII. 2 Representantes dos Discentes;
- IX. 2 Representantes dos Egressos;
- X. 1 Representante da Sociedade Civil Organizada.

3.2.2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Trata-se de colocar em prática a proposta de avaliação, respeitando-se os princípios e a concepção do programa, planejando e discutindo com os atores envolvidos uma estrutura que viabilize as ações a serem desenvolvidas por meio de estratégias específicas que subsidiem a coleta de dados e criem as condições necessárias que motivem a comunidade acadêmica para um comprometimento com as atividades avaliativas a serem desenvolvidas, visando à sustentação permanente do programa de avaliação.

2ª Etapa:

SENSIBILIZAÇÃO

Compõe-se de quatro grandes ações inter-relacionadas, envolvendo a participação de toda a comunidade acadêmica, fazendo-se presente em todos os momentos do processo avaliativo.

AÇÃO 1: Informação/Divulgação

Veículos: material informativo, *homepage* do CIESA, faixas, banners.

Clientela: Comunidade Acadêmica.

Atividades:

- Divulgar o processo de sensibilização, calendário, encaminhamentos e a política;
- Divulgar textos curtos para leitura e reflexão;
- Divulgar propostas da comunidade sobre a instituição e a vida acadêmica;
- Veicular sugestões da comunidade educacional;
- Confeccionar boletim informativo, folders, cartazes e faixas;
- Confeccionar malas diretas.

AÇÃO 2: Fundamentação

Veículo: Material de Estudo

Clientela: Comunidade Acadêmica

Atividades:

- Organizar banco de material de estudo e pesquisa;
- Organizar pequenos textos para leitura e reflexão para o informativo;
- Subsidiar os grupos de estudos sobre a avaliação;
- Organizar palestras e debates em nível geral, ou seja, aberta a todos os cursos;
- Instrumentalizar a CESAC para a verificação dos estudos;
- Contribuir para a capacitação docente em avaliação pela realização de mini-cursos e divulgação de referencial bibliográfico específico;
- Assessorar os demais grupos de trabalhos quanto à fundamentação teórica;
- Instalar urnas nos diversos setores da instituição para recebimento de críticas e sugestões da comunidade acadêmica;
- Analisar e catalogar dados e sugestões apresentadas.
- Divulgar sugestões que se ajustam à questão da qualidade;
- Formular questões reflexivas para o corpo docente.

Ação 3: Interpretação

Veículo: Palestras, debates, eventos.

Equipe de Organização: CESAC, Coordenadores de Curso e professores.

Clientela: professores e alunos dos cursos.

Função:

- Realizar a semana do curso;
- Promover palestras, debates;
- Promover eventos culturais;
- Promover a avaliação dos cursos;
- Realização de grupos de estudo sobre a avaliação.

Ação 4: Mobilização

Canal/Veículo: Docentes, DCE.

Equipe de Organização: Discentes, Docentes.

Clientela: Corpo discente.

Função:

- Promover Encontros, Eventos, Seminários.
- Dinamizar DCE;
- Programar campanhas.

3.2.2.2 DIMENSÕES E INDICADORES

A avaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões consideradas importantes para o desenvolvimento do CIESA. Estas informações devem ser organizadas e tornadas públicas, a fim de que a sociedade e a comunidade acadêmica possam discutir os seus significados para o desenvolvimento da qualidade institucional.

Desta forma, a comunidade acadêmica deverá garantir abrangência a todos os aspectos relevantes que integram o sistema de avaliação, oportunizando a reflexão sobre o diagnóstico da realidade do CIESA e a execução permanente da política de avaliação institucional.

No site do CIESA disponibilizamos um modelo de questionário eletrônico aplicado entre docentes e discentes do Centro.

3ª Etapa:

CONSOLIDAÇÃO

Para ser institucional, a avaliação deverá abranger todos os níveis e instâncias do CIESA. Isto significa que, além do relatório geral de avaliação da instituição, cada curso de graduação também deverá produzir o seu relatório. Portanto, toda a comunidade acadêmica deve avaliar o seu desempenho e o da instituição nos diferentes níveis da vida universitária. Quem deve dizer se o desempenho do CIESA é satisfatório ou não é a universidade.

Deste processo, resultam os Relatórios Parciais de Avaliação, relativos a dimensões e indicadores específicos de desempenho. Da mesma forma, também deverá ser elaborado um Relatório Geral de Avaliação Institucional, cujo texto é amplamente debatido e assumido pelas instâncias executivas e deliberativas do CIESA, como uma referência obrigatória para o seu planejamento. Após a sua discussão, este deverá ser submetido à comunidade acadêmica para análise e reavaliação, a fim de orientar o seu planejamento.

Portanto, do processo de avaliação institucional deverão resultar, periodicamente, vários relatórios parciais e um relatório geral de avaliação do CIESA, conforme detalhado a seguir:

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS

Cada coordenação de curso deverá produzir, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de avaliação do desempenho do ensino no respectivo curso, levando em conta outras dimensões e indicadores que interferem positiva ou negativamente neste, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Político-Pedagógico e Plano de Trabalho Anual.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Núcleo de Pesquisa e Extensão, como órgão responsável pela organização e divulgação das atividades de pesquisa e extensão, deverá produzir relatório de avaliação relativo ao seu desempenho, a fim de orientar o seu processo de planejamento.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Considerando a composição e as atribuições profissionais dos recursos humanos que atuam no CIESA, a Pró-Reitoria Administrativa deverá produzir relatório de avaliação do seu desempenho, destacando questões como o seu perfil, localização, remuneração média, formação, admissões, demissões, afastamentos, assiduidade etc.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO

A Pró-Reitoria Administrativa deverá produzir relatório de avaliação qualitativa do desempenho da instituição na realização de suas receitas e despesas, especificando o significado dessas realizações no contexto do desenvolvimento da qualidade institucional. Isto significa não apenas relatar o que, onde e para que se realizam receitas e despesas, mas, principalmente, refletir sobre o sentido destas para o desenvolvimento institucional.

RELATÓRIO GERAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Elaborado pela Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA – CESAC deverá contemplar, conjuntamente, todas as dimensões e indicadores de avaliação destacados anteriormente. Apesar de elaborado pela CESAC, este deverá refletir as opiniões majoritárias de toda a comunidade

acadêmica, razão pela qual o conteúdo deverá ser submetido à discussão e apreciação dos diferentes segmentos da vida acadêmica.

Este relatório é amplamente divulgado tanto entre a comunidade acadêmica do CIESA quanto para sociedade em geral, como um mecanismo de publicização e de prestação de contas do desempenho do CIESA. Por outro lado, este relatório será a referência obrigatória para a retroalimentação do processo regular de avaliação institucional, conforme prevê a LDB nº 9.394/96, bem como para o planejamento do desenvolvimento institucional.

11. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Esta matriz tem como objetivo apresentar a distribuição do trabalho, a responsabilidade, o planejamento e o controle unificado, possibilitando a integração das diversas ações do programa.

Nº	ATIVIDADES	AGENTES					
		C	G	CI	K	AA	CONAES
01	Constituição da CESAC – Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA.		#	X #		●	
02	Elaboração do Regimento da CESAC.	X ●					
03	Discussão do Calendário de Reuniões da CESAC para o 2.º semestre de 2004.	X ●					
04	Cadastramento da CESAC, via <i>on line</i> , pelo INEP.	●					X #
05	Reunião Ordinária da CESAC: eleição do Presidente, Vice-presidente e Secretário.	● X					
06	Coleta de dados da Avaliação Institucional.	X		#	●		
07	1.ª Reunião Ordinária: distribuição das senhas para acesso ao Sistema de Avaliação; acompanhamento do percentual de participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional; discussão das estratégias de sensibilização.	● X	#				
08	Sensibilização da comunidade para a participação no processo de avaliação por meio de reuniões com os coordenadores e os membros representantes dos professores; reuniões com os representantes de turmas e visitas dos coordenadores aos alunos.	X ●		#			
09	2ª Reunião Ordinária: estudo da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 – SINAES e da Portaria MEC nº 2.051 de 9 de julho de 2004. Acompanhamento do percentual de participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional, relação dos alunos e professores que não participaram do processo de avaliação.	X ●					#
10	Definição dos grupos de trabalho para a análise e interpretação dos dados da Avaliação Institucional.	X ●					
11	Participação da Presidente da CESAC na Capacitação de Coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação (CPAS) das regiões norte, nordeste e centro-oeste.	X				●	#
12	Apresentação, pela Presidente da CESAC, da Programação desenvolvida na capacitação sobre o Processo de Avaliação Nacional, em conformidade à realização da Avaliação Institucional instituída pelo SINAES.	X ●					#
13	Análise dos resultados da coleta de dados da avaliação institucional e encaminhamento das recomendações às instâncias competentes.	X ●			#		
14	Discussão do calendário da CESAC para 2005.	X ●				#	
15	Início da revisão do Programa de Avaliação Institucional.	X ●				#	#
16	Solicitação de prazo suplementar, até 31/3/2005, para entrega do Programa de Avaliação Institucional.	X ●					#
		AGENTES					
Nº	ATIVIDADES/ 2005	C	G	CI	K	AA	CONAES
01	Conclusão do Programa de Avaliação Institucional.	X ●					
02	Criação de novos indicadores da Avaliação Institucional.	X		●	●	#	
03	Envio, <i>on line</i> , do Programa de Avaliação Institucional à CONAES.	X ●					#
04	Publicação do Programa de Avaliação Institucional.	X ●					
05	Elaboração do 1.º Relatório Parcial.	X ●	#			#	

06	Elaboração do 2.º Relatório Parcial.	X ●	#			#	
07	Seminário de Avaliação Institucional – 1.ª Etapa	X ●				#	
08	Comparativo entre os indicadores de Avaliações já realizadas.	X ●			#		
09	Elaboração do 3.º Relatório Parcial.	X ●	#			#	
10	Coleta de dados: aplicação do questionário eletrônico além de informações oriundas dos diversos processos avaliativos do CIESA.	X		#	●		
11	Seminário de Avaliação Institucional – 2.ª Etapa.	X ●				#	
12	Elaboração do 3.º Relatório Parcial	X ●	#			#	
13	Conclusão do Relatório Institucional.	X ●	#			#	
14	Apreciação e homologação dos Conselhos.	X		#		●	
15	Publicação do Relatório Institucional.	X ●					
16	Discussão e aprovação do calendário da CESAC 2006.	X ●					

AGENTES

Nº	ATIVIDADES/2006	C	G	CI	K	AA	CONAES
01	Encaminhamento, <i>on line</i> , do Relatório Institucional à CONAES.	X ●					#
02	Elaboração do Plano Anual de Trabalho da CESAC.	X ●					
03	Divulgação do Plano de Trabalho Anual da CESAC.	X ●					
04	Visita da avaliação externa – CONAES.	#					X ●
05	Coleta de informações, com os membros da CESAC, sobre a visita da Comissão da CONAES.	# X ●					
06	Reunião Ordinária da CESAC: Learning Meetings.	# X ●					
07	Análise do progresso e efetividade do processo de avaliação.	X ●					
08	Coleta de dados: aplicação do questionário eletrônico além de informações oriundas dos diversos processos avaliativos do CIESA.	X		#	●		
09	Seminário da Avaliação Institucional. – 3.ª Etapa.	X ●				#	
10	Perfil Institucional/CONAES.	#					X ●

Legenda	C	Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA – CESAC.
	G	Gerentes.
	CI	Comunidade interna.
	K	Kogumelo (portfólio eletrônico para coleta de dados, terceirizada).
	AA	Reitoria/Mantenedora.
	#	Consultados na execução das tarefas do programa.
	X	Responsáveis pela tomada de decisões.
	●	Responsáveis pela execução.

3.3 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional do CIESA e o Regimento da Comissão Especial do Sistema de Auto-Avaliação do CIESA, no qual consta a estruturação e a dinâmica de funcionamento da CESAC, contemplam uma forma de sistematização e execução do acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como sua articulação com as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão administrativa, gestão e avaliação institucional.

No final de cada etapa da Avaliação Institucional do CIESA, são elaborados os Relatórios Parciais de Avaliação, relativos a dimensões e indicadores específicos de desempenho. Da mesma forma, também é elaborado um Relatório Geral de Avaliação Institucional, cujo texto é amplamente debatido e assumido pelas instâncias executivas e deliberativas do CIESA, como uma referência obrigatória para o seu planejamento. Após a sua discussão, este é submetido à comunidade acadêmica para análise e reavaliação, a fim de orientar o seu planejamento.

Portanto, é a Avaliação Institucional do CIESA que alimenta as ações constantes do PDI, com vistas ao planejamento das ações futuras, ao redirecionamento dos objetivos e metas e a retomada dos rumos institucionais.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P., NOVAK, J.D. e HANESIAN, H. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BELLONI, Isaura. Avaliação de políticas públicas. In: BELONI I; MAGALHÃES H.; e SOUZA, L. C. Metodologia da Avaliação. São Paulo: Cortez, 2000.

BORDENAVE, Juan Dias, PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de ensino aprendizagem*. 16. ed. Petrópolis : Vozes, 1995.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. <http://www.inep.gov.br/superior/sinaes>.

BRASIL. Ministério da Educação. CONAES. Diretrizes para a avaliação das instituições da educação superior. [Brasília, 2004].

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. CONAES. Roteiro de auto-avaliação institucional. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2ed. Brasília: INEP, 2004.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O projeto político pedagógico e a gestão da escola. In: Veiga, Ilma. Passos A. (Org.) As dimensões do projeto político-pedagógico: uma construção possível. 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CEARÁ. *Regimento: a cara de cada escola* (Roteiro para elaboração). Fortaleza, IOCE, 1996.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ. Pró-Reitoria de Administração. Diretoria de Desenvolvimento Institucional. Projeto Pedagógico Institucional. Maringá: CESUMAR, 2005.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Tecnologia, Comunicação e Educação: a tríade do século XXI. <http://www.ec.usp.br/nucleos/nce>. Acesso em 2007.

Didática do ensino superior: técnicas e tendências. Daniel Augusto Moreira (org.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Docência na universidade. Marcos Masetto (org.) Campinas: Papirus, 1998.

FRANCO, Édson. Em busca da Identidade no Ensino Superior Particular: Uma experiência pessoal. Brasília, ABMES, 2004.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: As setas do caminho. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KRAEMER, Maria Elizabete Pereira. Avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer. <http://www.gestiopolis.com>.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Denise. Reformas Universitárias: Avaliação Institucional Participativa. São Paulo: Vozes, 2005.

LIMA, ANTONIA S. DE. Educação no ensino fundamental: uma experiência transdisciplinar a partir do texto; VIII Seminário Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Pós-Graduação em Educação.: VIII Seminário Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Pós-Graduação em Educação., 1, ISBN: Português, Impresso, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos, *Avaliação da aprendizagem escolar*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MASETTO. Marcos Tarciso. Competência Pedagógica do Professor Universitário. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto Acadêmico: Técnicas de redação e de pesquisa científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PERRENOUD, Philippe. Dez Novas Competências para Ensinar: Convites à viagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PETERS, Otto. *Didática do Ensino à Distância*. São Leopoldo – RS: Unisinos, 2001.

Políticas Públicas de Educação Superior: Desafios e Proposições. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Brasília: ABMES; FUNADESP, 2002.

RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e Ensinar: Por uma docência da melhor qualidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Elizabeth. As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 5.ed. Belém: UNAMA, 2001.

TUBINO, Manuel José Gomes. Universidade, Qualidade e Avaliação. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya, 1997.

VYGOTSKY, L. Pensamento e Linguagem São Paulo Ed. Martins Fontes, 1987

ZANETTE, Renata. A Educação Transformadora.
<http://www.centrorefeducacional.com.br> . Acesso em 2007.

APÊNDICE A – Orientação para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso

O CIESA, consciente de sua responsabilidade social e dos grandes desafios do ensino superior e do desenvolvimento regional que demandam capacidade profissional para solucioná-los, empenha-se em pôr em prática uma Política Acadêmica comprometida com a formação de seus alunos, bem como com uma política de pesquisa, pós-graduação e extensão em níveis que aproximem a Instituição do ponto de excelência, em que necessário se faz que os conhecimentos acadêmicos impliquem uma atuação profissional comprometida com os interesses sociais. Desta forma, deverá proporcionar aos seus egressos o desenvolvimento de habilidades e competências que o habilitem ao enfrentamento dos problemas afetos à cidadania, sobretudo, à amazonense.

Nesta perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico dos Cursos do CIESA contempla a formação de seres humanos capazes de refletir criticamente tanto sobre sua relação e sentido na sociedade, quanto na sua relação com o mundo, na perspectiva de um processo emancipatório que favoreça o ser humano e preserve o meio ambiente, a fim de oportunizar novas condições de compreender e planejar seu próprio universo de mudanças.

As políticas de ação constantes deste documento vislumbram o atendimento a essas demandas e se concretizam por meio dos programas e subprogramas que dão sustentação ao Projeto Político-Pedagógico dos Cursos, permitindo, assim, o enfrentamento dos grandes desafios que se impõem ao ensino superior.

A sistemática de elaboração e implantação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos do CIESA leva em consideração os seguintes aspectos:

- ✓ O compromisso do CIESA com a qualidade da formação profissional, conferida pelos cursos de graduação oferecidos;
- ✓ As diretrizes políticas estabelecidas pelo PPI do CIESA;
- ✓ As mudanças socioeconômicas e políticas decorrentes da revolução informacional e suas implicações na formação profissional;
- ✓ A definição de estratégias de gestão escolar;
- ✓ As diretrizes que orientam a elaboração curricular; os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela avaliação institucional;

- ✓ Os encaminhamentos dos seminários/oficinas de Currículo realizados por este Centro Universitário e as Atividades Complementares que plenificam o currículo.

Para tanto, os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação, Seqüenciais e demais Programas oferecidos pelo CIESA compreendem o conjunto de ações sociopolíticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular, visando possibilitar ao Curso dimensionar o processo de formação profissional e oferecer ao aluno a oportunidade de individualizar o seu projeto de integralização curricular.

Na elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos cursos, devem ser observados os seguintes princípios:

- ✓ A orientação quanto à formação de profissionais comprometidos com a promoção individual e social e a preservação do meio ambiente;
- ✓ O Currículo, concebido como instrumento de produção e transmissão do conhecimento sistematizado, possibilitando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e a unidade teoria-prática;
- ✓ A avaliação da conjuntura e da infra-estrutura do Curso e da Instituição;
- ✓ Vislumbrar a prática profissional, assumida nas suas dimensões política, técnica e humana, e por meio de um processo democrático que envolva toda a comunidade do Curso, num trabalho interdisciplinar.
- ✓ Uma construção dinâmica e de permanente avaliação.

Além desses princípios, o Projeto Político-Pedagógico dos Cursos compõe-se dos seguintes aspectos:

- ✓ A história do Curso, contextualizada com a história da Instituição, constituída a partir do objeto de estudo, conforme redimensionamento na operacionalização dos currículos anteriores;
- ✓ A justificativa para a reformulação, na qual deve conter um diagnóstico, fundamentado nos resultados de avaliações institucionais e nas inovações propostas;
- ✓ O marco teórico e a metodologia que devem indicar a concepção de currículo e a sistemática de sua operacionalização;
- ✓ Os objetivos do curso, de acordo com as diretrizes do MEC, contextualizados com a história do CIESA, assumidos como alvo orientador da formação profissional;

- ✓ O perfil profissiográfico que assegure uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, possibilitando ao cidadão-profissional aprofundamento em áreas de conhecimento do curso e formação cotidiana;
- ✓ As competências, atitudes e habilidades que devem estar coerentes com os objetivos do Curso e com o perfil profissional;
- ✓ O campo de atuação do profissional como meio de viabilizar a articulação entre o mundo do trabalho e o mundo acadêmico;
- ✓ A descrição do currículo oferecido, com as ementas das disciplinas/atividades e carga horária, definidas como resumo dos conteúdos relativos aos componentes curriculares, e suas respectivas bibliografias básicas, devidamente reelaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes;
- ✓ A flexibilização curricular promovida e sua respectiva carga horária
- ✓ As Atividades Complementares e as normas que a regulamentam e validam para a integralização curricular;
- ✓ Trabalho de Curso, com o regulamento que dispõe sobre a realização do TC;
- ✓ Estágio, com a especificação da carga horária e o respectivo regulamento;
- ✓ A sistemática de concretização do Projeto Político-Pedagógico (cronograma de execução), com indicação de critérios;
- ✓ As atas de aprovação do Projeto Político-Pedagógico pelos respectivos colegiados de curso e Conselho do CIESA.

A complexidade da organização político-pedagógica no contexto contemporâneo requer o cultivo de um espaço de gestão democrática e participativa. Para tanto, a implementação de práticas que considerem a associação de todos esses elementos contextuais, sociais, legais e acadêmicos deve levar em conta o comprometimento coletivo.

Neste sentido, vale destacar o papel fundamental do Colegiado de Curso na construção conjunta do Projeto Político-Pedagógico que deve prever, em seu próprio interior, a sistemática e o aproveitamento da avaliação institucional na tomada coletiva de decisões.

Como um instrumento retroalimentador é necessário ao conhecimento da realidade do Curso e da Instituição, a avaliação institucional propicia a cada Curso dispor de novas condições de compreensão e de planejamento de seu próprio universo de mudanças, estimulando, assim, a reflexão sobre o presente e as aspirações futuras, a fim de catalisar as discussões sobre o caminho a trilhar, sobre o Projeto desejado e as estratégias de sua construção coletiva.

APÊNDICE B

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS
DIRETORIA ACADÊMICA
ASSESSORIA PEDAGÓGICA/COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NOME DO PROFESSOR (A): _____

DISCIPLINA (S): _____

TURMA (S): _____

() 1ª NPC () 2ª NPC () 3ª NPC () 4ª NPC () 2ª CHAMADA () NEF

~

Prezado (a) Professor (a):

A Diretoria Acadêmica /Assessoria Pedagógica/Coordenação de curso solicita o preenchimento deste formulário sobre os procedimentos de avaliação utilizados por Vossa Senhoria. O objetivo é realizar o acompanhamento da execução do planejado para a disciplina e por conseguinte acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso. **Ao fazer a entregar das notas na Secretaria Acadêmica, é obrigatória a entrega deste formulário preenchido, anexando os instrumentos de avaliação utilizados.**

UNIDADES DE ENSINO ABORDADAS NO PERÍODO	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS	VALORES ATRIBUÍDOS	DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM APRESENTADAS PELOS ALUNOS

Manaus, ____/____/____

Assinatura do (a) Professor (a)

APÊNDICE B

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS
DIRETORIA ACADÊMICA
ASSESSORIA PEDAGÓGICA/COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS